

RAIMUNDO MÁRCIO RIBEIRO LIMA



JUSTIÇA INTERGERACIONAL E DIREITOS ADQUIRIDOS

*Os dilemas previdenciários
da dinâmica laboral-demográfica*

Raimundo Márcio Ribeiro Lima

FORUM

JUSTIÇA INTERGERACIONAL E DIREITOS ADQUIRIDOS

OS DILEMAS PREVIDENCIÁRIOS DA
DINÂMICA LABORAL-DEMOGRÁFICA

A obra enfrenta os desafios dos sistemas previdenciários a partir da justiça intergeracional, denunciando os dilemas da teoria imunizadora dos direitos adquiridos diante das dinâmicas demográfica e laboral. A temática tem indiscutível atualidade, seja pela recorrente crise fiscal brasileira, seja pela necessidade de repensar o sistema público de previdência, especialmente quanto à pertinência dos direitos adquiridos, com seus graves conflitos intergeracionais, no universo da proteção previdenciária. A obra antecipa alguns cenários que, cedo ou tarde, acarretarão grande repercussão na pretensão de sustentabilidade financeira e, sobretudo, atuarial do sistema público de previdência, bem como destaca o papel dos tribunais constitucionais no enfrentamento da questão.

Área específica

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Áreas afins

DIREITO PÚBLICO. DIREITO CONSTITUCIONAL.
DIREITO ADMINISTRATIVO. DIREITO
FINANCEIRO.

Palavras-chave

Justiça Intergeracional. Direitos Adquiridos.
Dignidade Humana. Previdência Social.
Crise Fiscal. Atuação Judicial.

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm
CÓDIGO SANKHYA: 3194

L732j

Lima, Raimundo Márcio Ribeiro

Justiça intergeracional e direitos adquiridos: os dilemas previdenciários da dinâmica laboral-demográfica / Raimundo Márcio Ribeiro Lima. Belo Horizonte: Fórum, 2025

589p.; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN: 978-65-5518-624-6

1. Justiça intergeracional. 2. Direitos adquiridos. 3. Dignidade humana. 4. Previdência social. 5. Crise fiscal. 6. Atuação judicial. I. Título.

CDD 345.05

CDU 343.1

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LIMA, Raimundo Márcio Ribeiro. *Justiça intergeracional e direitos adquiridos: os dilemas previdenciários da dinâmica laboral-demográfica*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 589p. ISBN 978-65-5518-624-6.

RAIMUNDO MÁRCIO RIBEIRO LIMA

Professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) (2017). Doutor em Direito Público pela Universidade de Coimbra (2021). Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará (UFC) (2018). Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (2012). Especialista em Direito Público, com habilitação em Direito Administrativo, pela Universidade de Brasília (UnB) (2010). Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Potiguar (UnP) (2010). Graduado em Direito pela UFC (2003). Procurador Federal – Advocacia-Geral da União (AGU) (2004). Advogado OAB/RN.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 23 |
| PARTE I | |
| JUSTIÇA INTERGERACIONAL E RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA | 49 |
| CAPÍTULO 1 | |
| DIGNIDADE HUMANA: O EXCESSO MALOGRA O SUCESSO | 53 |
| 1.1 A dignidade humana não tem fundo, mas fundamento; nem medida, mas mensuramento | 56 |
| 1.1.1 Perspectiva objetiva da dignidade humana | 65 |
| 1.1.1.1 Igual dignidade: para todos | 66 |
| 1.1.1.2 Dignidade igual: para ninguém..... | 71 |
| 1.1.1.3 Toda a dignidade: o dilema dos direitos positivos..... | 78 |
| 1.1.2 Perspectiva normativista da dignidade humana | 82 |
| 1.1.2.1 A panfundamentalidade dos direitos fundamentais | 83 |
| 1.1.2.2 Dignidade e ponderação: a imagem de tudo..... | 89 |
| 1.1.2.3 Os custos institucionais e sociais da supremacia do existencial: a rivalidade dos direitos sociais..... | 100 |
| 1.2 Dimensão intergeracional dos direitos fundamentais | 109 |
| 1.2.1 O necessário equilíbrio entre mudança e permanência: o futuro dos direitos | 111 |
| 1.2.1.1 A cadente reflexão entre os presentes: a dimensão que intriga .. | 114 |
| 1.2.1.2 A emergente reflexão sobre os ausentes: a dimensão que inspira... | 119 |
| 1.2.2 Direitos fundamentais nas intercorrências da hipermodernidade | 123 |
| 1.2.2.1 O suplício do legislador e a visão dos intérpretes: riscos e possibilidades | 125 |
| 1.2.2.2 O discurso da proteção e o discurso da revisão: <i>no meio do caminho tinha uma pedra</i> | 128 |
| 1.2.3 Direitos fundamentais na perspectiva intergeracional | 130 |
| 1.2.3.1 Os vínculos político-normativos convergentes: a atemporalidade da proteção previdenciária..... | 131 |
| 1.2.3.2 Os vínculos político-normativos divergentes: a contingencialidade dos direitos previdenciários | 135 |
| 1.3 Conclusões preliminares..... | 140 |
| 1.3.1 Jurisprudência selecionada | 145 |
| 1.3.2 Proposições | 156 |
| CAPÍTULO 2 | |
| SOLIDARIEDADE ESTRUTURALMENTE ORDENADA NO ESTADO CONSTITUCIONAL | 163 |
| 2.1 Justiça entre as gerações como inevitável conflito jurídico-político..... | 174 |
| 2.1.1 Justiça intergeracional..... | 176 |
| 2.1.1.1 Fundamento filosófico, político e jurídico: uma discórdia sem fim | 181 |
| 2.1.1.2 Preservação humana: entre o abstrato e o concreto..... | 185 |
| 2.1.1.3 Mito da poupança justa e outras teorias: o caminho inóspito na identificação de um <i>atalho</i> | 191 |
| 2.1.2 Justiça intrageracional..... | 196 |
| 2.1.2.1 O discurso do mérito: limites e possibilidades | 197 |
| 2.1.2.2 Os encargos da socialidade: discursos abstratos e desafios concretos | 201 |
| 2.1.2.3 Os opostos não se atraem: a difícil disposição dos extremos..... | 204 |
| 2.1.3 Justiça transgeracional | 206 |
| 2.1.3.1 Ações afirmativas e seus desafios ético-jurídicos | 208 |
| 2.1.3.2 A questão das minorias: gerações despedaçadas?..... | 212 |
| 2.1.3.3 Dívida pública: inarredáveis consequências..... | 215 |
| 2.2 Rigidez constitucional e justiça intergeracional | 219 |
| 2.2.1 Paradoxo da democracia: as normas e o tempo | 221 |
| 2.2.1.1 Os mortos não representam ninguém: os direitos de hoje na perspectiva do passado..... | 224 |
| 2.2.1.2 Ninguém representa as futuras gerações: os <i>direitos</i> no futuro na perspectiva de hoje..... | 226 |

| | | |
|---------|--|-----|
| 2.2.1.3 | Todos são representados: a supremacia constitucional e o poder da última palavra | 228 |
| 2.2.2 | A constituição e os novos projetos sociais e econômicos..... | 231 |
| 2.2.2.1 | Os limites da reforma constitucional: os inevitáveis fluxos da ciranda econômica..... | 232 |
| 2.2.2.2 | A cadência transformadora dos direitos: da emergência ao declínio | 235 |
| 2.2.2.3 | Direito intergeracional: projeções econômicas condicionadas ou condicionadoras | 237 |
| 2.3 | Dever de solidariedade | 240 |
| 2.3.1 | Política | 243 |
| 2.3.1.1 | Responsabilidade solidária como responsabilidade participatória | 246 |
| 2.3.1.2 | A superação política: a genealogia da dependência..... | 248 |
| 2.3.1.3 | Política de direitos positivos: solidariedade não é caridade | 250 |
| 2.3.2 | Econômica | 253 |
| 2.3.2.1 | Responsabilidade solidária como responsabilidade regulatória...255 | |
| 2.3.2.2 | Solidariedade econômica: para agentes ou usuários | 258 |
| 2.3.2.3 | O regime dos serviços: da modicidade de acesso à solidariedade no acesso | 261 |
| 2.3.3 | Social | 264 |
| 2.3.3.1 | Responsabilidade solidária como responsabilidade comunitária...266 | |
| 2.3.3.2 | Deveres comunitários: a difícil questão da socialidade entre as gerações | 268 |
| 2.3.3.3 | Envelhecimento com responsabilidade: aposentadorias e pensões | 270 |
| 2.4 | Conclusões preliminares..... | 273 |
| 2.4.1 | Jurisprudência selecionada | 274 |
| 2.4.2 | Proposições | 279 |

PARTE II

| | |
|--|-----|
| IDEOLOGIA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS E TELEOLOGIA DA SUSTENTABILIDADE PREVIDENCIÁRIA..... | 283 |
|--|-----|

CAPÍTULO 3

| | |
|---|-----|
| DIREITOS ADQUIRIDOS E SUSTENTABILIDADE PREVIDENCIÁRIA | 287 |
|---|-----|

| | | |
|---------|---|-----|
| 3.1 | Legislação infraconstitucional e vínculos entre as gerações..... | 292 |
| 3.1.1 | Dilemas da <i>contratualidade</i> e conflito constitucional | 293 |
| 3.1.1.1 | Garantias e direitos: para todos e contra todos | 296 |
| 3.1.1.2 | De mãos atadas ou colonialismo temporal: a preocupação no passado, a aflição no presente e a sanção no futuro | 298 |
| 3.1.1.3 | Déficit previdenciário e reformas infraconstitucionais: uma inevitável questão intergeracional | 300 |
| 3.1.2 | A difícil questão da revisibilidade das aposentadorias e pensões | 307 |
| 3.1.2.1 | Projeções: muito além de uma questão atuarial..... | 313 |
| 3.1.2.2 | Objeções: impulsos normativos e existenciais | 319 |
| 3.1.2.3 | Tentações: impulsos político-econômicos | 321 |
| 3.1.2.4 | Imposições: o vislumbre da igualdade e seus diversos matizes...325 | |
| 3.1.3 | Levando a sério o princípio da contributividade previdenciária...327 | |
| 3.1.3.1 | Esforço contributivo global: parcela fixa | 329 |
| 3.1.3.2 | Esforço contributivo individual: parcela variável..... | 336 |
| 3.1.3.3 | Esforço contributivo conjuntural ou esforço contributivo estrutural..... | 340 |
| 3.1.3.4 | A dinâmica judicial: a extensibilidade das prestações na seguridade social | 343 |
| 3.2 | Conclusões preliminares..... | 347 |
| 3.2.1 | Jurisprudência selecionada | 348 |
| 3.2.2 | Proposições..... | 356 |

CAPÍTULO 4

| | |
|--|-----|
| DIREITOS ADQUIRIDOS E DINÂMICA DEMOGRÁFICA | 367 |
|--|-----|

| | | |
|---------|---|-----|
| 4.1 | O peso da imunização jurídica e a questão demográfica | 370 |
| 4.1.1 | A gerontocracia como apelo do presente | 372 |
| 4.1.1.1 | O efeito impermeabilizador: política antirreformista | 377 |
| 4.1.1.2 | O efeito imobilizador: política conservacionista | 379 |
| 4.1.1.3 | O efeito arrebatador: política populista..... | 382 |
| 4.1.2 | A discutível parametricidade dos direitos adquiridos..... | 383 |

| | | |
|---------|---|-----|
| 4.1.2.1 | A dinâmica contributiva e os modelos normativos generosos: equívocos no passado, perplexidade no presente e sacrifícios no futuro | 385 |
| 4.1.2.2 | Dinâmica protetiva dos direitos e justiça intergeracional: uma tensão essencial | 387 |
| 4.1.2.3 | A <i>grande muralha</i> da dogmática imunizante dos direitos: da garantia constitucional à sustentabilidade financeira e atuarial..... | 390 |
| 4.1.3 | Proteção da confiança legítima no campo de batalha | 393 |
| 4.1.3.1 | Modelos normativos e experimentalismo jurídico: entre mudanças e incompreensões | 399 |
| 4.1.3.2 | Velhos direitos, novas conquistas: da imunização à afetação jurídica..... | 401 |
| 4.1.3.3 | A segurança jurídica não é plana, nem plena: o duro prognóstico das garantias jurídicas | 404 |
| 4.2 | Conclusões preliminares..... | 408 |
| 4.2.1 | Jurisprudência selecionada | 409 |
| 4.2.2 | Proposições..... | 416 |

PARTE III

ABERTURA POLÍTICA E ECONÔMICA NOS JULGADOS CONSTITUCIONAIS 423

CAPÍTULO 5

DIREITOS POSITIVOS COMO REALIDADE POLÍTICA E ECONÔMICA 427

| | | |
|---------|---|-----|
| 5.1 | Crises e diálogos institucionais: uma nova política..... | 428 |
| 5.1.1 | Uma nova confluência de esforços institucionais | 432 |
| 5.1.1.1 | A instrumentalidade dos diálogos institucionais: da opacidade à transparência | 435 |
| 5.1.1.2 | A permeabilidade dos diálogos institucionais: da mera informação à definição dos resultados | 441 |
| 5.1.2 | Crise econômico-financeira como realidade jurídica e política ... | 445 |
| 5.1.2.1 | Ajuste fiscal: entre a disciplina normativa e a indisciplina econômica | 448 |
| 5.1.2.2 | Ajuste fiscal e ciranda política: mudanças e resultados..... | 454 |
| 5.1.2.3 | Ajuste fiscal e convergência econômica: a imagem do desassossego | 458 |
| 5.1.2.4 | Ajuste fiscal e atuação judicial: dos males, sempre o menor..... | 462 |
| 5.2 | Conclusões preliminares..... | 466 |
| 5.2.1 | Jurisprudência selecionada | 468 |
| 5.2.2 | Proposições..... | 479 |

CAPÍTULO 6

OS LIMITES DO DIREITO NA ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO 485

| | | |
|---------|--|-----|
| 6.1 | Controle da gestão fiscal e da democracia do (des)conhecimento: para que serve a justiça | 487 |
| 6.1.1 | Gestão fiscal e mecanismos de controle | 489 |
| 6.1.1.1 | A justiciabilidade dos direitos positivos: termômetro da gestão fiscal | 492 |
| 6.1.1.2 | A inocuidade das meras projeções da normatividade: <i>as ideias estão no chão, você tropeça e acha a solução</i> | 495 |
| 6.1.1.3 | Controles político e jurídico: a irritante insuficiência do excesso ... | 497 |
| 6.1.2 | A democracia do conhecimento | 501 |
| 6.1.2.1 | A instabilidade da técnica e os direitos positivos: os limites da processualidade | 503 |
| 6.1.2.2 | A eficiência na transição: reformas e fórmulas dos direitos positivos | 506 |
| 6.1.2.3 | <i>Accountability e expertise: um ensaio sobre a lucidez</i> | 512 |
| 6.2 | Conclusões preliminares..... | 515 |
| 6.2.1 | Jurisprudência selecionada | 517 |
| 6.2.2 | Proposições..... | 533 |

| | |
|----------------------------|-----|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 547 |
|----------------------------|-----|

| | |
|------------------|-----|
| REFERÊNCIAS..... | 557 |
|------------------|-----|